STJ00111296

FLÁVIO
TARTUCE

MANUAL DE DIREITO CIVIL

VOLUME ÚNICO

11ª edição revista, atualizada e ampliada

gen | EDITORA MÉTODO

STJ00111296

- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

- Fechamento desta edição: *25.11.2020*

- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**

- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2021 *by*
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br

- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

- Capa: Fabricio Vale

- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

T198m
Tartuce, Flávio

Manual de Direito Civil: volume único / Flávio Tartuce. – 11. ed. – Rio de Janeiro, Forense; METODO, 2021

Inclui bibliografia e índice
ISBN 978-85-309-9309-2

1. Direito civil – Brasil. I. Título.

20-67770 CDU: 347(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

abdr
Respeite o direito autoral

1187775

STJ00111296

SUMÁRIO

1. ESTUDO DA LEI DE INTRODUÇÃO .....

1.1 Primeiras palavras sobre a Lei de Introdução .....

1.2 A Lei de Introdução e a Lei como fonte primária do Direito Brasileiro. A vigência das normas jurídicas (arts. 1.º e 2.º da Lei de Introdução) 2

1.3 Características da norma jurídica e sua aplicação. Análise do art. 3.º da Lei de Introdução..... 7

1.4 As formas de integração da norma jurídica. Art. 4.º da Lei de Introdução..... 9

1.4.1 A analogia..... 11

1.4.2 Os costumes 13

1.4.3 Os princípios gerais de Direito 15

1.4.4 A equidade..... 19

1.5 Aplicação da norma jurídica no tempo. O art. 6.º da Lei de Introdução 20

1.6 Aplicação da norma jurídica no espaço. Os arts. 7.º a 19 da Lei de Introdução e o Direito Internacional Público e Privado 25

1.7 Estudo das antinomias jurídicas..... 33

1.8 Breve análise das inclusões feitas na Lei de Introdução pela Lei 13.655/2018. Repercussões para o Direito Público 36

2. PARTE GERAL DO CÓDIGO CIVIL DE 2002..... 43

2.1 Introdução. Visão filosófica do Código Civil de 2002. As principais teses do Direito Civil contemporâneo..... 43

2.1.1 Direito Civil Constitucional 51

2.1.2 A eficácia horizontal dos direitos fundamentais..... 55

2.1.3 O diálogo das fontes..... 58

2.1.4 A interação entre as teses expostas e a visão unitária do ordenamento jurídico 63

2.2 Parte geral do Código Civil de 2002. Da pessoa natural..... 63

2.2.1 Conceitos iniciais. A capacidade e conceitos correlatos..... 63

2.2.2 O início da personalidade civil. A situação jurídica do nascituro..... 65

2.2.3 Os incapazes no Código Civil de 2002..... 71

STJ00111296

2.2.3.1 Dos absolutamente incapazes 75
2.2.3.2 Dos relativamente incapazes 78
2.2.4 A emancipação 82
2.2.5 Os direitos da personalidade em uma análise civil-constitucional. A ponderação de direitos e o seu tratamento no Novo Código de Processo Civil 83
2.2.6 O domicílio da pessoa natural 127
2.2.7 A morte da pessoa natural. Modalidades e efeitos jurídicos 129
2.2.7.1 Morte real 129
2.2.7.2 Morte presumida sem declaração de ausência. A justificação 130
2.2.7.3 Morte presumida com declaração de ausência 131
2.2.7.4 A comoriência 135
2.2.8 O estado civil da pessoa natural. Visão crítica 137
2.3 Parte geral do Código Civil de 2002. Da pessoa jurídica 142
2.3.1 Conceito de pessoa jurídica e suas classificações 142
2.3.2 Da pessoa jurídica de direito privado. Regras gerais e conceitos básicos. Análise do art. 44 do CC 145
2.3.3 Modalidades de pessoa jurídica de direito privado e análise de suas regras específicas 151
2.3.3.1 Das associações 151
2.3.3.2 Das fundações particulares 157
2.3.3.3 Das sociedades 160
2.3.3.4 Das corporações especiais. Partidos políticos e organizações religiosas 161
2.3.4 Do domicílio da pessoa jurídica de direito privado 163
2.3.5 Da extinção da pessoa jurídica de direito privado 163
2.3.6 Da desconsideração da personalidade jurídica 165
2.4 Parte geral do Código Civil de 2002. Dos bens. Objeto do direito 184
2.4.1 Primeiras palavras. Diferenças entre bens e coisas. A teoria do patrimônio mínimo 184
2.4.2 Principais classificações dos bens 189
2.4.2.1 Classificação quanto à tangibilidade 189
2.4.2.2 Classificação quanto à mobilidade 190
2.4.2.3 Classificação quanto à fungibilidade 192
2.4.2.4 Classificação quanto à consuntibilidade 192
2.4.2.5 Classificação quanto à divisibilidade 193
2.4.2.6 Classificação quanto à individualidade 193
2.4.2.7 Classificação quanto à dependência em relação a outro bem (bens reciprocamente considerados) 195
2.4.2.8 Classificação em relação ao titular do domínio 200
2.4.3 Do bem de família. O tratamento dualista do sistema jurídico 201

STJ00111296

2.4.3.1 Bem de família voluntário ou convencional ... 202
2.4.3.2 Bem de família legal ... 204
2.5 Parte geral do Código Civil de 2002. Teoria geral do negócio jurídico ... 213
2.5.1 Conceitos básicos. Fato, ato e negócio jurídico ... 213
2.5.2 Classificações do negócio jurídico ... 219
2.5.3 Elementos estruturais do negócio jurídico. A Escada Ponteana ... 221
2.5.3.1 Plano da existência ... 222
2.5.3.2 Plano da validade ... 223
2.5.3.3 Plano da eficácia ... 234
2.5.3.4 A Escada Ponteana e o direito intertemporal. Análise do art. 2.035, *caput*, do CC. Exemplos práticos ... 234
2.5.4 Estudo dos elementos acidentais do negócio jurídico. Condição, termo e encargo ... 237
2.5.5 Vícios ou defeitos do negócio jurídico ... 243
2.5.5.1 Do erro e da ignorância ... 244
2.5.5.2 Do dolo ... 247
2.5.5.3 Da coação ... 250
2.5.5.4 Do estado de perigo ... 252
2.5.5.5 Da lesão ... 255
2.5.5.6 Da simulação. O enquadramento da reserva mental ... 258
2.5.5.7 Da fraude contra credores ... 264
2.5.6 Teoria das nulidades do negócio jurídico ... 274
2.5.6.1 Da inexistência do negócio jurídico ... 274
2.5.6.2 Da nulidade absoluta negócio jurídico nulo ... 275
2.5.6.3 Da nulidade relativa ou anulabilidade. Negócio jurídico anulável ... 282
2.5.6.4 Quadro comparativo. Negócio jurídico nulo (nulidade absoluta) × negócio jurídico anulável (nulidade relativa ou anulabilidade) ... 289
2.6 Prescrição e decadência ... 289
2.6.1 Introdução. Fórmula para diferenciar a prescrição da decadência ... 289
2.6.2 Regras quanto à prescrição ... 292
2.6.3 Regras quanto à decadência ... 315
2.6.4 Quadro comparativo. Diferenças entre a prescrição e a decadência ... 317

3. TEORIA GERAL DAS OBRIGAÇÕES ... 319
3.1 O conceito de obrigação e seus elementos constitutivos ... 319
3.1.1 Elementos subjetivos da obrigação ... 322
3.1.2 Elemento objetivo ou material da obrigação ... 322
3.1.3 Elemento imaterial, virtual ou espiritual da obrigação ... 323
3.2 Diferenças conceituais entre obrigação, dever, ônus e direito potestativo ... 325
3.3 As fontes obrigacionais no Direito Civil brasileiro ... 326

STJ00111296

3.4 Breve estudo dos atos unilaterais como fontes do direito obrigacional 327
3.4.1 Da promessa de recompensa 328
3.4.2 Da gestão de negócios 329
3.4.3 Do pagamento indevido 330
3.4.4 Do enriquecimento sem causa 332
3.5 Principais classificações das obrigações. Modalidades previstas no Código Civil de 2002 336
3.5.1 Classificação da obrigação quanto ao seu conteúdo ou prestação 336
3.5.1.1 Obrigação positiva de dar 336
3.5.1.2 Obrigação positiva de fazer 343
3.5.1.3 Obrigação negativa de não fazer 344
3.5.2 Classificação da obrigação quanto à complexidade do seu objeto 345
3.5.2.1 Obrigação simples 345
3.5.2.2 Obrigação composta 345
3.5.3 Classificação das obrigações quanto ao número de pessoas envolvidas. Estudo das obrigações solidárias 348
3.5.3.1 Conceitos básicos e regras gerais (arts. 264 a 266 do CC) 348
3.5.3.2 Da solidariedade ativa (arts. 267 a 274 do CC) 350
3.5.3.3 Da obrigação solidária passiva (arts. 275 a 285 do CC) 355
3.5.4 Classificação das obrigações quanto à divisibilidade (ou indivisibilidade) do objeto obrigacional 362
3.6 O adimplemento das obrigações (teoria do pagamento) 367
3.6.1 Primeiras palavras 367
3.6.2 Do pagamento direto 368
3.6.2.1 Elementos subjetivos do pagamento direto. O *solvens* e o *accipiens*. Quem paga e quem recebe 368
3.6.2.2 Do objeto e da prova do pagamento direto (elementos objetivos do pagamento direto). O que se paga e como se paga. 373
3.6.2.3 Do lugar do pagamento direto. Onde se paga 378
3.6.2.4 Do tempo do pagamento. Quando se paga 380
3.6.3 Das regras especiais de pagamento e das formas de pagamento indireto 382
3.6.3.1 Do pagamento em consignação (ou da consignação em pagamento) 382
3.6.3.2 Da imputação do pagamento 387
3.6.3.3 Do pagamento com sub-rogação 388
3.6.3.4 Da dação em pagamento 391
3.6.3.5 Da novação 393
3.6.3.6 Da compensação 397
3.6.3.7 Da confusão 401
3.6.3.8 Da remissão de dívidas 401
3.7 Da transmissão das obrigações 402

STJ00111296

3.7.1 Introdução ... 402
3.7.2 Da cessão de crédito ... 403
3.7.3 Da cessão de débito ou assunção de dívida ... 409
3.7.4 Da cessão de contrato ... 411
3.8 Do inadimplemento obrigacional. Da responsabilidade civil contratual ... 412
3.8.1 Modalidades de inadimplemento ... 412
3.8.2 Regras quanto ao inadimplemento relativo ou mora ... 415
3.8.3 Regras quanto ao inadimplemento absoluto da obrigação ... 421
3.8.4 Dos juros no Código Civil de 2002 ... 425
3.8.5 Da cláusula penal ... 433
3.8.6 Das arras ou sinal ... 446

4. RESPONSABILIDADE CIVIL ... 449
4.1 Conceitos básicos da responsabilidade civil. Classificação quanto à origem (responsabilidade contratual × extracontratual). Ato ilícito e abuso de direito ... 449
4.2 Elementos da responsabilidade civil ou pressupostos do dever de indenizar 463
4.2.1 Primeiras palavras conceituais ... 463
4.2.2 Conduta humana ... 464
4.2.3 A culpa genérica ou *lato sensu* ... 466
4.2.3.1 O dolo ... 466
4.2.3.2 Da culpa estrita ou *stricto sensu* ... 466
4.2.4 O nexo de causalidade ... 472
4.2.5 Dano ou prejuízo ... 481
4.2.5.1 Danos patrimoniais ou materiais ... 482
4.2.5.2 Danos morais ... 485
4.2.5.3 Danos estéticos ... 502
4.2.5.4 Danos morais coletivos ... 505
4.2.5.5 Danos sociais ... 506
4.2.5.6 Danos por perda de uma chance ... 513
4.2.5.7 Outras regras importantes quanto à fixação da indenização previstas no Código Civil de 2002 ... 516
4.3 A classificação da responsabilidade civil quanto à culpa. Responsabilidade subjetiva e objetiva ... 520
4.3.1 Responsabilidade civil subjetiva ... 520
4.3.2 A responsabilidade civil objetiva. A cláusula geral do art. 927, parágrafo único, do CC. Aplicações práticas do dispositivo ... 521
4.3.3 A responsabilidade objetiva no Código Civil de 2002. Principais regras específicas ... 529
4.3.3.1 A responsabilidade civil objetiva por atos de terceiros ou responsabilidade civil indireta ... 529

STJ00111296

4.3.3.2 A responsabilidade civil objetiva por danos causados por animal ... 536
4.3.3.3 A responsabilidade civil objetiva por danos causados por ruína de prédio ou construção ... 538
4.3.3.4 A responsabilidade civil objetiva por danos oriundos de coisas lançadas dos prédios (defenestramento) ... 540
4.3.3.5 A responsabilidade civil objetiva no contrato de transporte ... 540
4.4 Das excludentes do dever de indenizar ... 545
4.4.1 Da legítima defesa ... 545
4.4.2 Do estado de necessidade ou remoção de perigo iminente ... 546
4.4.3 Do exercício regular de direito ou das próprias funções ... 547
4.4.4 Das excludentes de nexo de causalidade ... 548
4.4.5 Da cláusula de não indenizar ... 548

5. TEORIA GERAL DOS CONTRATOS ... 553
5.1 Conceito de contrato. Do clássico ao contemporâneo. Do moderno ao pós-moderno ... 553
5.2 Principais classificações contratuais ... 556
5.2.1 Quanto aos direitos e deveres das partes envolvidas ... 556
5.2.2 Quanto ao sacrifício patrimonial das partes ... 557
5.2.3 Quanto ao momento do aperfeiçoamento do contrato ... 557
5.2.4 Quanto aos riscos que envolvem a prestação ... 557
5.2.5 Quanto à previsão legal ... 558
5.2.6 Quanto à negociação do conteúdo pelas partes. Contrato de adesão × contrato de consumo ... 559
5.2.7 Quanto à presença de formalidades ou solenidades ... 561
5.2.8 Quanto à independência contratual. Os contratos coligados ou conexos ... 562
5.2.9 Quanto ao momento do cumprimento ... 565
5.2.10 Quanto à pessoalidade ... 565
5.2.11 Quanto à definitividade do negócio ... 565
5.3 Princípios contratuais no Código Civil de 2002 ... 566
5.3.1 Primeiras palavras ... 566
5.3.2 Princípio da autonomia privada ... 569
5.3.3 Princípio da função social dos contratos ... 574
5.3.4 Princípio da força obrigatória do contrato (*pacta sunt servanda*) ... 586
5.3.5 Princípio da boa-fé objetiva ... 588
5.3.6 Princípio da relatividade dos efeitos contratuais ... 608
5.4 A formação do contrato pelo Código Civil ... 611
5.4.1 Fase de negociações preliminares ou de puntuação ... 612
5.4.2 Fase de proposta, policitação ou oblação ... 614
5.4.3 Fase de contrato preliminar ... 617
5.4.4 Fase de contrato definitivo ... 620

STJ00111296

5.5 A revisão judicial dos contratos por fato superveniente no Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor 621
5.5.1 Primeiras palavras 621
5.5.2 A revisão contratual por fato superveniente no Código Civil de 2002 621
5.5.3 A revisão contratual por fato superveniente no Código de Defesa do Consumidor 631
5.6 Os vícios redibitórios no Código Civil 634
5.7 A evicção 641
5.8 Extinção dos contratos 650
5.8.1 Extinção normal dos contratos 651
5.8.2 Extinção por fatos anteriores à celebração 651
5.8.3 Extinção por fatos posteriores à celebração 653
5.8.4 Extinção por morte de um dos contratantes 666

6. CONTRATOS EM ESPÉCIE (CONTRATOS TÍPICOS DO CC/2002) 667
6.1 Da compra e venda (arts. 481 a 532 do CC) 668
6.1.1 Conceito e natureza jurídica 668
6.1.2 Elementos constitutivos da compra e venda 670
6.1.3 A estrutura sinalagmática e os efeitos da compra e venda. A questão dos riscos e das despesas advindas do contrato 673
6.1.4 Restrições à autonomia privada na compra e venda 676
6.1.4.1 Da venda de ascendente a descendente (art. 496 do CC) 676
6.1.4.2 Da venda entre cônjuges (art. 499 do CC) 680
6.1.4.3 Da venda de bens sob administração (art. 497 do CC) 681
6.1.4.4 Da venda de bens em condomínio ou venda de coisa comum (art. 504 do CC) 683
6.1.5 Regras especiais da compra e venda 686
6.1.5.1 Venda por amostra, por protótipos ou por modelos (art. 484 do CC) 686
6.1.5.2 Venda a contento e sujeita à prova (arts. 509 a 512 do CC) 687
6.1.5.3 Venda por medida, por extensão ou *ad mensuram* (art. 500 do CC) 688
6.1.5.4 Venda de coisas conjuntas (art. 503 do CC) 689
6.1.6 Das cláusulas especiais da compra e venda 690
6.1.6.1 Cláusula de retrovenda 691
6.1.6.2 Cláusula de preempção, preferência ou prelação convencional 693
6.1.6.3 Cláusula de venda sobre documentos 697
6.1.6.4 Cláusula de venda com reserva de domínio 698
6.2 Da troca ou permuta (art. 533 do CC) 703
6.2.1 Conceito e natureza jurídica 703
6.2.2 Objeto do contrato e relação com a compra e venda 704
6.2.3 Troca entre ascendentes e descendentes 705

STJ00111296

6.3 Do contrato estimatório ou venda em consignação (arts. 534 a 537 do CC) ... 705
6.3.1 Conceito e natureza jurídica ... 705
6.3.2 Efeitos e regras do contrato estimatório ... 706
6.4 Da doação (arts. 538 a 564 do CC) ... 708
6.4.1 Conceito e natureza jurídica ... 708
6.4.2 Efeitos e regras da doação sob o enfoque das suas modalidades ou espécies ... 711
6.4.2.1 Doação remuneratória ... 711
6.4.2.2 Doação contemplativa ou meritória ... 712
6.4.2.3 Doação a nascituro ... 712
6.4.2.4 Doação sob forma de subvenção periódica ... 713
6.4.2.5 Doação em contemplação de casamento futuro ... 713
6.4.2.6 Doação de ascendentes a descendentes e doação entre cônjuges ... 714
6.4.2.7 Doação com cláusula de reversão ... 716
6.4.2.8 Doação conjuntiva ... 717
6.4.2.9 Doação manual ... 718
6.4.2.10 Doação inoficiosa ... 719
6.4.2.11 Doação universal ... 722
6.4.2.12 Doação do cônjuge adúltero ao seu cúmplice ... 723
6.4.2.13 Doação a entidade futura ... 725
6.4.2.14 Doação famélica ... 725
6.4.3 Da promessa de doação ... 726
6.4.4 Da revogação da doação ... 727
6.5 Da locação de coisas no CC/2002 (arts. 565 a 578 do CC) ... 731
6.5.1 Conceito, natureza jurídica e âmbito de aplicação ... 731
6.5.2 Efeitos da locação regida pelo Código Civil ... 732
6.6 Do empréstimo. Comodato e mútuo ... 735
6.6.1 Introdução. Conceitos básicos ... 735
6.6.2 Do comodato (arts. 579 a 585 do CC) ... 735
6.6.3 Do mútuo (arts. 586 a 592 do CC) ... 740
6.7 Da prestação de serviço (arts. 593 a 609 do CC) ... 745
6.7.1 Conceito e natureza jurídica ... 745
6.7.2 Regras da prestação de serviços no CC/2002 ... 746
6.8 Da empreitada (arts. 610 a 626 do CC) ... 752
6.8.1 Conceito e natureza jurídica ... 752
6.8.2 Regras da empreitada no CC/2002 ... 754
6.9 Do depósito (arts. 627 a 652 do CC) ... 759
6.9.1 Conceito e natureza jurídica ... 759
6.9.2 Regras quanto ao depósito voluntário ou convencional ... 761

STJ00111296

6.9.3 Do depósito necessário 763
6.9.4 Da prisão do depositário infiel 764
6.10 Do mandato (arts. 653 a 692 do CC) 766
6.10.1 Conceito e natureza jurídica 766
6.10.2 Principais classificações do mandato 770
6.10.3 Principais regras do mandato no CC/2002 772
6.11 Da comissão (arts. 693 a 709 do CC) 778
6.12 Da agência e distribuição (arts. 710 a 721 do CC) 782
6.13 Da corretagem (arts. 722 a 729 do CC) 785
6.14 Do transporte (arts. 730 a 756 do CC) 794
6.14.1 Conceito e natureza jurídica 794
6.14.2 Regras gerais do transporte no CC/2002 795
6.14.3 Do transporte de pessoas 798
6.14.4 Do transporte de coisas 804
6.15 Do seguro (arts. 757 a 802 do CC) 807
6.15.1 Conceito e natureza jurídica 807
6.15.2 Regras gerais do seguro no CC/2002 809
6.15.3 Do seguro de dano 821
6.15.4 Do seguro de pessoa 825
6.16 Da constituição de renda (arts. 803 a 813 do CC) 831
6.17 Do jogo e da aposta (arts. 814 a 817 do CC) 833
6.18 Da fiança (arts. 818 a 839 do CC) 836
6.18.1 Conceito e natureza jurídica 836
6.18.2 Efeitos e regras da fiança no CC/2002 840
6.19 Da transação (arts. 840 a 850 do CC) 844
6.20 Do compromisso (arts. 851 a 853 do CC) 848

7. DIREITO DAS COISAS 855
7.1 Introdução. Conceitos de direito das coisas e de direitos reais. Diferenças entre os institutos e suas características gerais 855
7.2 Principais diferenças entre os direitos reais e os direitos pessoais patrimoniais. Revisão do quadro comparativo 864
7.3 Da posse (arts. 1.196 a 1.224 do CC) 867
7.3.1 Conceito de posse e teorias justificadoras. A teoria da função social da posse 867
7.3.2 Diferenças entre a posse e a detenção. Conversão dos institutos 872
7.3.3 Principais classificações da posse 875
7.3.4 Efeitos materiais e processuais da posse 880
7.3.4.1 Efeitos da posse quanto aos frutos 880
7.3.4.2 Efeitos da posse em relação às benfeitorias 881
7.3.4.3 Posse e responsabilidades 884

STJ00111296

7.3.4.4 Posse e usucapião. Primeira abordagem 885
7.3.4.5 Posse e Processo Civil. A faculdade de invocar os interditos possessórios 885
7.3.4.6 A legítima defesa da posse e o desforço imediato 894
7.3.5 Formas de aquisição, transmissão e perda da posse 895
7.3.6 Composse ou compossessão 898
7.4 Da propriedade 900
7.4.1 Conceitos fundamentais relativos à propriedade e seus atributos 900
7.4.2 Principais características do direito de propriedade 904
7.4.3 Disposições preliminares relativas à propriedade. A função social e socioambiental da propriedade 906
7.4.4 A desapropriação judicial privada por posse-trabalho (art. 1.228, §§ 4.º e 5º, do CC/2002) 915
7.4.5 Da propriedade resolúvel e da propriedade fiduciária 923
7.4.6 Formas de aquisição da propriedade imóvel 925
7.4.6.1 Das acessões naturais e artificiais 926
7.4.6.2 Da usucapião de bens imóveis 934
7.4.6.2.1 Generalidades 934
7.4.6.2.2 Modalidades de usucapião de bens imóveis 939
7.4.6.2.3 Usucapião imobiliária e direito intertemporal no Código Civil 953
7.4.6.2.4 A questão da usucapião de bens públicos 956
7.4.6.2.5 Da usucapião administrativa ou extrajudicial incluída pelo Código de Processo Civil de 2015. Análise com base nas alterações instituídas pela Lei 13.465/2017 957
7.4.6.3 Do registro do título 961
7.4.6.4 Da sucessão hereditária de bens imóveis 963
7.4.7 Formas de aquisição da propriedade móvel 963
7.4.7.1 Da ocupação e do achado do tesouro. O estudo da descoberta.. 964
7.4.7.2 Da usucapião de bens móveis 966
7.4.7.3 Da especificação 968
7.4.7.4 Da confusão, da comistão e da adjunção 969
7.4.7.5 Da tradição 971
7.4.7.6 Da sucessão hereditária de bens móveis 972
7.4.8 Da perda da propriedade imóvel e móvel 973
7.4.9 Breve análise da Lei 13.465/2017 e suas principais repercussões para o direito de propriedade. A legitimação fundiária 977
7.5. Dos fundos de investimento e a inclusão do seu tratamento no Código Civil pela Lei 13.874/2019 983
7.6 Direito de vizinhança (arts. 1.277 a 1.313 do CC) 988
7.6.1 Conceitos básicos 988

STJ00111296

7.6.2 Do uso anormal da propriedade ... 990
7.6.3 Das árvores limítrofes ... 993
7.6.4 Da passagem forçada e da passagem de cabos e tubulações ... 994
7.6.5 Das águas ... 997
7.6.6 Do direito de tapagem e dos limites entre prédios ... 1002
7.6.7 Do direito de construir ... 1003
7.7 Do condomínio ... 1007
7.7.1 Conceito, estrutura jurídica e modalidades ... 1007
7.7.2 Do condomínio voluntário ou convencional ... 1009
7.7.3 Do condomínio necessário ... 1012
7.7.4 Do condomínio edilício ... 1012
7.7.4.1 Regras gerais básicas. Instituição e constituição. A questão da natureza jurídica do condomínio edilício. ... 1012
7.7.4.2 Direitos e deveres dos condôminos. Estudo das penalidades no condomínio edilício ... 1024
7.7.4.3 Da administração do condomínio edilício ... 1038
7.7.4.4 Da extinção do condomínio edilício ... 1043
7.7.4.5 Novas modalidades de condomínios instituídas pela Lei 13.465/2017. Condomínio de lotes e condomínio urbano simples ... 1043
7.7.4.6. A multipropriedade ou *time sharing*. Estudo da Lei 13.777/2018... 1049
7.8 Do direito real de aquisição do promitente comprador (compromisso de compra e venda de imóvel registrado na matrícula) ... 1064
7.9 Dos direitos reais de gozo ou fruição ... 1073
7.9.1 Generalidades ... 1073
7.9.2 Da superfície ... 1074
7.9.3 Das servidões ... 1080
7.9.4 Do usufruto ... 1086
7.9.5 Do uso ... 1094
7.9.6 Da habitação ... 1094
7.9.7 Das concessões especiais para uso e moradia. Direitos reais de gozo ou fruição criados pela Lei 11.481/2007 ... 1095
7.9.8 Do direito real de laje ... 1096
7.10 Dos direitos reais de garantia ... 1106
7.10.1 Princípios e regras gerais quanto aos direitos reais de garantia tratados pelo CC/2002 ... 1106
7.10.2 Do penhor ... 1110
7.10.3 Da hipoteca ... 1116
7.10.4 Da anticrese ... 1128
7.10.5 Da alienação fiduciária em garantia ... 1129

8. DIREITO DE FAMÍLIA ... 1161
8.1 Conceito de Direito de Família e seus princípios fundamentais ... 1161

STJ00111296

8.1.1 Princípio de proteção da dignidade da pessoa humana (art. 1.º, III, da CF/1988) ... 1163
8.1.2 Princípio da solidariedade familiar (art. 3.º, I, da CF/1988) ... 1167
8.1.3 Princípio da igualdade entre filhos (art. 227, § 6.º, da CF/1988 e art. 1.596 do CC) ... 1168
8.1.4 Princípio da igualdade entre cônjuges e companheiros (art. 226, § 5.º, da CF/1988 e art. 1.511 do CC) ... 1168
8.1.5 Princípio da não intervenção ou da liberdade (art. 1.513 do CC) ... 1169
8.1.6 Princípio do maior interesse da criança e do adolescente (art. 227, *caput*, da CF/1988 e arts. 1.583 e 1.584 do CC) ... 1170
8.1.7 Princípio da afetividade ... 1171
8.1.8 Princípio da função social da família (art. 226, *caput*, da CF/1988) ... 1174
8.1.9 Princípio da boa-fé objetiva ... 1175
8.2 Concepção constitucional de família ... 1181
8.3 Do casamento (arts. 1.511 a 1.590 do CC) ... 1183
8.3.1 Conceito, natureza jurídica e princípios ... 1183
8.3.2 Capacidade para o casamento, impedimentos matrimoniais e causas suspensivas do casamento ... 1185
8.3.3 Do processo de habilitação e da celebração do casamento. Modalidades especiais de casamento quanto à sua celebração ... 1195
8.3.3.1 Casamento em caso de moléstia grave (art. 1.539 do CC) ... 1198
8.3.3.2 Casamento nuncupativo (em viva voz) ou *in extremis vitae momentis*, ou *in articulo mortis* (art. 1.540 do CC) ... 1199
8.3.3.3 Casamento por procuração (art. 1.542 do CC) ... 1199
8.3.3.4 Casamento religioso com efeitos civis (arts. 1.515 e 1.516 do CC) ... 1200
8.3.4 Da invalidade do casamento ... 1201
8.3.4.1 Esclarecimentos necessários ... 1201
8.3.4.2 Do casamento inexistente ... 1202
8.3.4.3 Do casamento nulo ... 1205
8.3.4.4 Do casamento anulável ... 1209
8.3.4.5 Do casamento putativo ... 1215
8.3.5 Provas do casamento ... 1216
8.3.6 Efeitos pessoais do casamento e seus deveres ... 1217
8.3.7 Efeitos patrimoniais do casamento. Regime de bens ... 1220
8.3.7.1 Conceito de regime de bens e seus princípios. Da ação de alteração do regime de bens ... 1220
8.3.7.2 Regras gerais quanto ao regime de bens ... 1226
8.3.7.3 Regras quanto ao pacto antenupcial ... 1235
8.3.7.4 Regime de bens. Regras especiais ... 1238
8.3.8 Dissolução da sociedade conjugal e do casamento. Separação e divórcio ... 1249

STJ00111296

8.3.8.1 Conceitos iniciais. O sistema introduzido pelo Código Civil de 2002 e as alterações fundamentais instituídas pela Emenda do Divórcio (EC 66/2010). Estudo atualizado diante do Código de Processo Civil de 2015 1249

8.3.8.2 Questões pontuais relativas ao tema da dissolução da sociedade conjugal e do casamento após a Emenda Constitucional 66/2010 1269

8.3.8.2.1 O fim da separação de direito em todas as suas modalidades e a manutenção da separação de fato 1269

8.3.8.2.2 Manutenção do conceito de sociedade conjugal. A situação das pessoas separadas juridicamente antes da EC 66/2010 1271

8.3.8.2.3 A existência de modalidade única de divórcio. Fim do divórcio indireto 1273

8.3.8.2.4 Da possibilidade de se discutir culpa para o divórcio do casal 1278

8.3.8.2.5 A questão do uso do nome pelo cônjuge após a EC 66/2010 1282

8.3.8.2.6 O problema da guarda na dissolução do casamento. Análise atualizada com a EC 66/2010 e com a Lei da Guarda Compartilhada Obrigatória (Lei 13.058/2014) 1284

8.3.8.2.7 Alimentos na dissolução do casamento e a Emenda do Divórcio 1304

8.4 Da união estável 1305

8.4.1 Conceito de união estável e seus requisitos fundamentais. Diferenças entre união estável e concubinato 1305

8.4.2 Efeitos pessoais e patrimoniais da união estável 1318

8.4.3 A união homoafetiva e o seu enquadramento como união estável 1326

8.5 Relações de parentesco 1332

8.5.1 Conceito, modalidades e disposições gerais (arts. 1.591 a 1.595 do CC) 1332

8.5.2 Filiação (arts. 1.596 a 1.606 do CC) 1336

8.5.3 Reconhecimento de filhos (arts. 1.607 a 1.617 do CC) 1357

8.5.3.1 Primeiras palavras. Modalidades de reconhecimento de filhos 1357

8.5.3.2 Reconhecimento voluntário ou perfilhação 1357

8.5.3.3 Reconhecimento judicial. Aspectos principais da ação investigatória 1360

8.5.4 Da adoção 1366

8.5.5 Do poder familiar (arts. 1.630 a 1.638 do CC). O problema da alienação parental 1375

8.6 Dos alimentos no Código Civil de 2002 1383

8.6.1 Conceito e pressupostos da obrigação alimentar 1383

STJ00111296

8.6.2 Características da obrigação de alimentos 1387
8.6.3 Principais classificações dos alimentos 1399
8.6.4 Extinção da obrigação de alimentos 1406
8.7 Da tutela e da curatela 1409
8.7.1 Primeiras palavras 1409
8.7.2 Da tutela 1413
8.7.3 Da curatela 1422

9. DIREITO DAS SUCESSÕES 1443
9.1 Conceitos fundamentais do Direito das Sucessões 1443
9.2 Da herança e de sua administração 1450
9.3 Da herança jacente e da herança vacante 1454
9.4 Da vocação hereditária e os legitimados a suceder 1459
9.5 Da aceitação e renúncia da herança 1463
9.6 Dos excluídos da sucessão. Indignidade sucessória e deserdação. Semelhanças e diferenças 1470
9.7 Da ação de petição de herança 1473
9.8 Da sucessão legítima 1477
9.8.1 Panorama geral das inovações introduzidas pelo CC/2002. Primeiras anotações sobre a decisão do STF a respeito da inconstitucionalidade do art. 1.790 do Código Civil 1477
9.8.2 Da sucessão dos descendentes e a concorrência do cônjuge. Análise crítica, com a inclusão do companheiro na norma, diante da decisão do STF, de maio de 2017 (*Informativo* n. *864* da Corte) 1483
9.8.3 Da sucessão dos ascendentes e a concorrência do cônjuge ou companheiro 1494
9.8.4 Da sucessão do cônjuge ou companheiro, isoladamente 1496
9.8.5 Da sucessão dos colaterais 1502
9.8.6 Da sucessão do companheiro. O polêmico art. 1.790 do CC e suas controvérsias principais até a declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal. As primeiras decisões do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema. Análise do direito real de habitação do companheiro 1503
9.8.7 Do direito de representação 1524
9.9 Da sucessão testamentária 1526
9.9.1 Conceito de testamento e suas características. Regras fundamentais sobre o instituto 1526
9.9.2 Das modalidades ordinárias de testamento 1532
9.9.2.1 Do testamento público 1534
9.9.2.2 Do testamento cerrado 1538
9.9.2.3 Do testamento particular 1541
9.9.3 Das modalidades especiais de testamento 1546

STJ00111296

9.9.3.1 Do testamento marítimo e do testamento aeronáutico 1546
9.9.3.2 Do testamento militar 1547
9.9.4 Do codicilo 1547
9.9.5 Das disposições testamentárias 1549
9.9.6 Dos legados 1557
9.9.6.1 Conceito e espécies 1557
9.9.6.2 Dos efeitos do legado e do seu pagamento 1559
9.9.6.3 Da caducidade dos legados 1560
9.9.7 Do direito de acrescer entre herdeiros e legatários 1561
9.9.8 Das substituições testamentárias 1563
9.9.9 Da redução das disposições testamentárias 1566
9.9.10 Da revogação do testamento. Diferenças fundamentais em relação à invalidade 1568
9.9.11 Do rompimento do testamento 1569
9.9.12 Do testamenteiro 1572
9.10 Do inventário e da partilha 1576
9.10.1 Do inventário. Conceito, modalidades e procedimentos 1576
9.10.1.1 Do inventário judicial 1578
9.10.1.1.1 Inventário judicial pelo rito ou procedimento tradicional (inventário comum) 1579
9.10.1.1.2 Inventário judicial pelo rito sumário 1606
9.10.1.1.3 Inventário judicial pelo rito do arrolamento comum 1609
9.10.1.2 Do inventário extrajudicial, pela via administrativa ou por escritura pública 1611
9.10.2 Da pena de sonegados 1620
9.10.3 Do pagamento das dívidas 1622
9.10.4 Da colação ou conferência 1625
9.10.5 Da redução das doações inoficiosas 1630
9.10.6 Da partilha 1632
9.10.6.1 Da partilha amigável ou extrajudicial 1632
9.10.6.2 Da partilha judicial 1634
9.10.6.3 Da partilha em vida 1640
9.10.7 Da garantia dos quinhões hereditários. A responsabilidade pela evicção 1641
9.10.8 Da anulação, da rescisão e da nulidade da partilha 1641

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 1647